



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JANAÍNA VICENTE DA SILVA

**MARGARIDAS DA RESISTÊNCIA:
MOVIMENTOS DE MULHERES NA PARAÍBA (1970 A 1980)**

GUARABIRA-PB
2016

JANAÍNA VICENTE DA SILVA

**MARGARIDAS DA RESISTÊNCIA:
MOVIMENTOS DE MULHERES NA PARAÍBA (1970 A 1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^a Dra. Susel Oliveira da Rosa.

GUARABIRA-PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586m Silva, Janaína Vicente da
Margaridas da resistência: [manuscrito] : movimentos de
mulheres na Paraíba (1970 a 1980) / Janaína Vicente da Silva. -
2016.
21 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. Susel Oliveira da Rosa, Departamento
de História".

1.Maria da Penha Nascimento Silva. 2. Movimento de
Resistência. 3.Paríba. I. Título.

21. ed. CDD 324.3

JANAÍNA VICENTE DA SILVA

**MARGARIDAS DA RESISTÊNCIA: MOVIMENTOS DE
MULHERES NA PARAÍBA (1970 A 1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em
História.

Área de concentração: Humanas.

Aprovada em: 02/05/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Susel Oliveira da Rosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Orientadora



Prof. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora



Prof. Dra. Joedna Reis de Menezes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora

Agradeço primeiramente a Deus, à minha família e a cada professor(a). À minha amiga Lucicleide Félix e, principalmente à minha orientadora Susel Rosa pela imprescindível orientação; por terem me dado apoio e incentivo em minha trajetória acadêmica, os dedico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 MOVIMENTOS DE MULHERES NO BREJO PARAIBANO	10
2 MARIA DA PENHA NASCIMENTO SILVA: SUA LUTA NÃO FOI EM VÃO..	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS E FONTES	24

**MARGARIDAS DA RESISTÊNCIA:
MOVIMENTOS DE MULHERES NA PARAÍBA (1970 A 1980)**

Janaína Vicente da Silva¹

RESUMO: Este trabalho busca problematizar a participação das mulheres nos movimentos de resistência na Paraíba nos anos de 1970 a 1980 e mostrar como se difundiram as questões de gênero nesses movimentos. Se essas mulheres estão ausentes das narrativas historiográficas, busco retomar suas histórias. Nesta perspectiva, abordaremos a história de lutas e resistência da paraibana Maria da Penha Nascimento Silva junto com suas companheiras de militância, ressaltando também que mesmo Penha não estando mais conosco, ela deixou um legado de luta e resistência para as mulheres trabalhadoras rurais do Brejo Paraibano.

PALAVRAS-CHAVE: Maria da Penha Nascimento Silva; Movimento de Resistência; Paraíba.

**DAISIES OF STRENGTH:
WOMEN MOVEMENTS IN PARAÍBA (1970 A 1980)**

ABSTRACT: I've been through this work to discuss the participation of women in the resistance movements in the State of Paraíba from the year of 1970 to 1980 and to show how gender issues was spread in these movements. If these women are absent from the historiographical narratives, I seek to resume their stories. In this perspective. I highlight the history of struggles and resistance of the Paraibana Maria da Penha Nascimento Silva along with her militancy comrades, highlighting also that even Penha being no longer with us, she left a legacy of struggle and resistance to the women rural workers from the Brejo Paraibano.

KEYWORDS: Maria da Penha Nascimento Silva; Resistance Movements; Paraíba.

INTRODUÇÃO

Alguns anos antes do golpe civil-militar de 1964² a Paraíba vivenciava os movimentos de resistência dos camponeses, que não suportavam mais serem explorados pelos latifundiários. Na cidade de Sapé tínhamos o movimento das Ligas

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus III. E-mail: jane_vsilva@hotmail.com.

² Período em que o Brasil foi tomado por militares (1964-1985). Esse governo foi marcado pela falta de expressão, perseguição, prisão e morte a todos que se levantassem contra seu sistema opressor.

Camponesas³, cujo principal líder era João Pedro Teixeira⁴, que junto com os camponeses lutavam pela reforma agrária. Em Alagoa Grande-PB tínhamos os movimentos sindicais que também lutavam pelo fim dos abusos dos latifundiários, melhorias trabalhistas, entre outros. Em meio a esses movimentos tinha também o que era liderado pela sindicalista Margarida Maria Alves e que lutava pelos direitos do trabalhador rural. Durante o período em que estive à frente do sindicato local de sua cidade (Alagoa Grande), Margarida foi morta na frente de sua casa no dia 12 de agosto de 1983.

Vale mencionar que os abusos dos latifundiários se intensificaram com o golpe civil-militar tendo desencadeado repressões ainda mais intensas na vida dos camponeses; muitos foram presos, torturados e mortos. Como forma de calar as lideranças desses movimentos, os latifundiários mandaram matar Pedro Teixeira, como também Margarida Alves e muitos outros que representavam uma ameaça. Entretanto, mesmo depois da morte brutal de Margarida a luta continuou por meio de suas companheiras de militância que não se deixaram abater pela opressão advinda dos latifundiários. Entre elas estava a líder sindical Maria da Penha Nascimento, que junto com Margarida Alves lutou pelo fim das impunidades e restrições dos direitos trabalhistas dos camponeses. Maria da Penha foi umas das muitas mulheres paraibanas que deu continuidade à luta de Margarida em favor dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Todavia, é notória a escassez de documentos referentes a esses movimentos, principalmente sobre a participação das mulheres. Sendo assim, neste artigo tenho por finalidade combater o esquecimento presente na nossa sociedade no que se refere principalmente às ações do movimento de mulheres na Paraíba, ressaltando sua importância para as gerações futuras, pois como enfatizou o historiador Eric Hobsbawm (1995):

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal á das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores,

³ As Ligas Camponesas surgiram como um movimento de resistência à exploração de milhares de famílias no meio rural, mobilizando o campesinato para lutar contra os vários tipos de opressão (MUNIZ, 2012).

⁴ João Pedro Teixeira nasceu em 04 de março de 1918, lutou contra o modo de trabalho imposto aos camponeses pelos latifundiários. Devido sua militância nas Ligas Camponesas, foi morto em 02 de abril de 1962 (TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2011).

cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio (HOBSBAWM, 1995, p. 13).

Diante da problemática discutida no contexto histórico atual, há uma necessidade maior do desenvolvimento de narrativas historiográficas que abordem a participação das mulheres no movimento de resistência contra os latifundiários, pois como o próprio Hobsbawm menciona na citação anterior, o passado é de fundamental importância e deve ser lembrado tendo em vista que hoje muitos jovens crescem desprezados do mesmo.

Nesse mesmo viés, a historiadora Margareth Rago (2009) destaca: “ainda temos muito a dizer, a lembrar de e a escrever; ainda temos muito pelo que lutar. O direito à verdade, à memória e à história ganha toda força nessa direção” (RAGO, 2009, p. 02).

As mulheres que se posicionaram como participantes dos movimentos sindicais na Paraíba enfrentaram vários problemas principalmente no que se refere aos preconceitos advindos de uma sociedade patriarcal, que não permitia que elas se associassem aos sindicatos. As mulheres casadas cujos maridos fossem associados aos sindicatos eram avisadas que não precisavam se associar, pois seus maridos as representavam. Esse fato mostra que as mulheres viviam num espaço limitado, de desvalorização do seu gênero, de inferioridade. A historiadora Susel Rosa, por sua vez ressaltou: “sabemos que, em sociedades patriarcais como a nossa, o lugar das mulheres ao longo dos séculos, oficialmente, tem sido o espaço privado – o espaço doméstico da casa, da cozinha, do quarto, etc. Espaço marcado pela invisibilidade e pelo silêncio” (ROSA, 2013, p. 45).

Esta perspectiva patriarcal que designa o lugar das mulheres reservado ao lar não permitia que essas mulheres se envolvessem com questões políticas, visto que tais vivências eram reservadas aos homens. É importante frisar que desde o século XIX os padrões científicos caracterizaram o “homem, com o cérebro, a inteligência, a razão e a capacidade de decisão; a mulher, com o coração, a sensibilidade e os sentimentos. Isso, dada a natureza necessariamente racional da política” (PERROT, 1987, p. 179-180). Desde então se reproduziu o discurso de que as mulheres não podiam se envolver com questões reservadas aos homens e seu lugar se limitou por anos ao espaço privado. Assim, tiveram seus feitos silenciados e quando apareciam eram na posição de coadjuvantes dos homens nas narrativas historiográficas. Nesta

perspectiva, vou retomar aqui a trajetória de vida de Maria da Penha Nascimento Silva a partir da sua atuação nos movimentos de mulheres no Brejo Paraibano.

1 MOVIMENTOS DE MULHERES NO BREJO PARAIBANO

Mas ela é muito importante que aumente esse tom de vida, e que em todos os setores a mulher esteja incluída. Pra que a nossa nação seja mais desenvolvida

(Maria da Soledade Leite)

A luta sindical na Paraíba possibilitou aos trabalhadores rurais a esperança de um dia terem seus direitos respeitados. Todavia, com o golpe civil-militar que deu toda liberdade aos latifundiários de reprimir ainda mais os trabalhadores, esses direitos demoraram a serem alcançados, mas a luta não parou e já “na década de 1970 ocorre uma maior abertura dos sindicatos” (DUARTE, 2009, p. 47).

Neste período dos anos 1970 a repressão do governo (civil-militar) não estava tão forte como nos primeiros anos e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande-PB “começa novamente a se organizar em termos de representação de classe. Foi justamente nessa época que uma das figuras mais importantes do sindicalismo de Alagoa Grande, candidata-se e é eleita como presidente do STR: Margarida Maria Alves” (DUARTE, 2009, p. 47).

É importante salientar que neste contexto não era comum as mulheres se filiarem aos sindicatos e muito menos chegarem à presidência, pois mesmo estando na luta ainda perdurava o preconceito patriarcal impregnado na sociedade que ainda insiste em reproduzir a ideia que as mulheres não são dadas para “questões masculinas”. Entretanto mesmo tendo esse preconceito em torno da atuação das mulheres nos sindicatos, a pesquisadora Emmy Duarte (2009) deixa em evidência que

Margarida se fez figura como representante de uma classe e de gênero, já que nessa época pouquíssimas mulheres se filiavam ao sindicato. Em seguida muitas outras mulheres, como Maria da Penha e Maria da Soledade, se fizeram presentes como lideranças do movimento de mulheres existente no Brejo e que atuavam com muita força dentro do STR Alagoa Grande, na luta não só de classe, mas da condição feminina no campo (DUARTE, 2009, p. 47).

Muitas das mulheres trabalhadoras rurais almejavam se filiar aos sindicatos, porém na maioria das vezes eram impedidas, pois como enfatizou “o prefeito de Araruna-PB, as mulheres não têm o direito de se associar, por serem esposas de agricultores já sindicalizados” (RECORTE DE JORNAL, 07 nov. 1985)⁵.

E assim, a partir destas questões crescia cada dia mais o desejo de mudança no que se refere à posição da mulher na sociedade. Tais mulheres reivindicavam sua participação no sindicato, bem como melhorias trabalhistas para as trabalhadoras rurais. Com o intuito de conseguir tais melhorias em 1981, Maria da Penha junto com outras mulheres paraibanas criaram o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano* (MMB). O movimento possuía sua coordenação própria e tinha como objetivo promover uma maior participação da mulher no movimento popular e sindical e enfrentar os problemas específicos como: “relação homem/mulher, família, saúde da mulher, educação sexual, etc.” (DUARTE, 2009, p. 73).

O MMB possibilitou a conscientização política das mulheres trabalhadoras na cidade de Alagoa Grande-PB. Lembrando que esse movimento não se limitou apenas à cidade de Alagoa Grande, mas se expandiu para toda a região do Brejo Paraibano. As representantes do MMB incentivavam e mostravam para as trabalhadoras rurais que era de grande importância sua participação no sindicato. O MMB tinha vínculo com professores acadêmicos, representantes da CUT⁶, entre outros. Os mesmos ministravam palestras que conscientizavam as mulheres a fazerem parte do ambiente político e também tentavam desconstruir a ideia de que as mulheres são inferiores aos homens e que sua posição estava reservada unicamente em cuidar de sua casa, filhos e marido. Sendo assim, como enfatizou a historiadora Tania Swain (s/d):

A injunção do dispositivo amoroso: este constrói e ensina às mulheres a necessidade do esquecimento de si, do cuidado de outrem, da abdicação de seus desejos, da submissão a ordem estabelecida, do respeito às regras e normas sob pena de exclusão. Devem viver sob o signo do amor: amor a família, ao próximo (SWAIN, s/d, p. 06).

⁵ Recorte de jornal. Classificadores: sindicato, discriminação, mulher. Arquivo do SEDUP – Serviço de Educação popular.

⁶ A Central Única dos Trabalhadores (CUT-PB) contribuiu para que as mulheres do campo e da cidade lutassem por seus direitos por terra, salário, direitos trabalhistas e igualdade entre os gêneros.

As mulheres que estavam à frente do MMB tinham por finalidade “conscientizar a mulher que sua condição abaixo do homem não era algo natural, algo que significava uma lei da vida, mas sim uma condição imposta às mulheres por uma sociedade patriarcal e machista” (DUARTE, 2012, p. 16).

Tal conscientização é bem descrita no repente de uma das fundadoras do MMB, a paraibana Maria de Soledade Leite⁷, e Minervina Ferreira:

As mulheres do presente, não são mais a do passado, não fica em cima do muro olhando para cada lado sem ter direito de ver seu sonho realizado. As mulheres do passado vivia sem opção, eram escrava do lar da cozinha e do fogão, objetos de prazer dos desejos do machão. Aprendemos dizer não para nossa outra metade e não baixar a cabeça perante a sociedade, porque a mulher não é de ninguém propriedade (LEITE; FERREIRA, s/d).

Sendo assim, é notória a importância do MMB para as mulheres paraibanas que não se deixaram abater com o discurso machista que as impedia de conquistar novos espaços na sociedade. O MMB possibilitou que essas mulheres conhecessem seus direitos e, assim como os homens, pudessem participar tanto de questões políticas, como também decidir sobre sua vida de militância em benefício não só da classe trabalhadora, mas também na conscientização de suas companheiras sobre seus direitos.

Como acentuou Soledade e Minervina: “se mulher se acomodar vai ao fundo do abismo perde o rumo e a coragem finda o potencialismo se tornando presa fácil sobre o poder do machismo” (LEITE; FERREIRA, s/d). Tais mulheres lutavam contra a opressão que foi imposta pela sociedade, imposição que as desqualificava como protagonistas na luta sindical.

Segundo Silva (1995, apud DUARTE, 2014), o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT-PB)

Surgem como um movimento social em que as mulheres trabalhadoras rurais sentem-se motivadas para debater relações de gênero, além de possibilitar uma militância cuja dinâmica as transforma em sujeitos políticos ao favorecer uma reelaboração de valores, uma reflexão acerca dos direitos e luta por sua construção (SILVA, 1995 apud DUARTE, 2014, p. 36).

Desde a década de 1980 no Brasil as mulheres têm se posicionado em prol de seu espaço na sociedade. Sua história “é a da constante luta contra a opressão.

⁷ Repentista com trabalhos marcados pelo envolvimento social e político, especialmente a luta pela terra e a luta feminista. Atuou no Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e no Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT-PB) junto com Margarida Maria Alves, Maria da Penha do Nascimento, dentre outras.

(...) os progressivos direitos adquiridos são resultados de muitos anos de luta. O século XX é o marco do início da participação das mulheres na sociedade” (NAVARRO, 2012, p. 198).

No que se refere ao feminismo no Brasil, Margareth Rago (2004 apud SIGIMOTO, 2004) em uma entrevista ao Jornal da Unicamp lembra que:

O feminismo viria a ser assumido como linguagem política e bandeira de luta a partir de 1975, período em que muitas militantes vitimadas pela violência do regime saíam das prisões, e decepcionadas com o machismo que experimentaram no interior das próprias organizações e partidos políticos. Neste mesmo período retornavam as militantes exiladas que tiveram contato com o feminismo nos Estados Unidos e sobretudo na França, onde grande número delas se abrigou. São estas mulheres intelectualizadas que vão se aglutinar e encontrar jovens nas universidades que começavam a discutir e a assumir o feminismo (RAGO, 2004 apud SUGIMOTO, 2004, p. 01).

O movimento de mulheres ganhou força no período da ditadura civil-militar, visto que muitas mulheres saíram às ruas reivindicando seus direitos. Como destacou Susel Rosa (2009 apud IHU ON-LINE, 2009):

A atuação da chamada segunda onda do feminismo que irrompeu no final dos anos 1960 e na década de 1970. Feminismo que, já durante a ditadura, propiciou às mulheres ocuparem o mundo público, questionando o regime patriarcal, a divisão sexual do trabalho. Feminismo (melhor dizendo feminismos, pois são plurais) que rompeu com os padrões, valores e códigos tradicionais impostos às mulheres, sinalizando com a possibilidade de outros modos de existência para além da divisão da humanidade em formatos binários (ROSA, 2009 apud IHU ON-LINE, 2009, p. 01).

As mulheres trabalhadoras rurais foram influenciadas pelo movimento de mulheres, todavia de forma diferente, pois “em sua maioria, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais surgem, na década de 1980, nesse processo de emancipação política em um cenário da luta pela terra e por melhores condições de trabalho no campo” (DUARTE, 2014, p. 64).

Essas mulheres perceberam que juntas podiam mudar sua condição de mulher, trabalhadora, esposa, mãe, entre outros. Os movimentos do MMB e MMT/PB foram à mobilização que elas precisavam para romper com os padrões patriarcais que as impediam de mostrar sua força de lutar contra as impunidades que as cercavam. O discurso patriarcal colocava em xeque o cuidado da mulher designado para sua família, alegando que ao se envolver com questões fora do limite privado, não seria uma boa mãe e esposa.

O envolvimento das mulheres com questões políticas proporcionou e ainda proporciona uma ameaça à ordem social. E quando as mesmas insistiam em se envolver com questões reservadas aos homens era comum masculinizá-las, ou seja, dizia-se que era uma mulher com atitudes de homem, pois fugia ao padrão considerado “normal”. A respeito da masculinização da mulher, a historiadora Susel Rosa (2013) ao abordar a participação das mulheres na luta de resistência contra a ditadura militar no Brasil, deixou claro a partir do depoimento de militante como Nilce Azevedo⁸ e Inês⁹ que, para compor a arena da luta política, reservada prioritariamente aos homens, algumas mulheres aderiam ao modelo universal masculino.

Diante dos fatos abordados, evidencio mais uma vez que a luta dessas mulheres paraibanas deve aparecer nas narrativas historiográficas, visto que, como lembra Margareth Rago, “a recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem relevado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimento histórico, mas um alargamento do próprio discurso historiográfico” (RAGO, 1995 apud ROSA, 2013, p. 112). Não se trata de torná-las heroínas, mas de refletirmos o quanto as memórias de lutas dessas mulheres podem contribuir para as gerações futuras. Enquanto historiadores/as, não podemos deixar que fique no esquecimento a luta dessas mulheres trabalhadoras que fizeram toda a diferença no Brejo Paraibano.

2 MARIA DA PENHA NASCIMENTO SILVA: SUA LUTA NÃO FOI EM VÃO

Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar

(Bertolt Brecht)

Maria da Penha Nascimento Silva, líder sindical, lutou junto com Margarida Alves contra as impunidades e restrições dos direitos trabalhistas dos camponeses

⁸ Ex-presa política e atualmente psicopedagoga.

⁹ Coordenadora das células de serviço que ensinaram Nilce a viver na clandestinidade.

pelos latifundiários. Mesmo depois da morte brutal de Margarida, Penha não desistiu de lutar. Participou da criação da CUT-PB, da qual também foi diretora. Em 1990 se dedicou com mais intensidade aos movimentos de mulheres, sendo uma das fundadoras do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT-PB). Faleceu em um acidente automobilístico no dia 15 de março de 1991, que também vitimou a feminista Elizabeth Lobo.



Imagem 01: Maria da Penha Nascimento Silva, durante o I Encontro da Mulher Trabalhadora, realizado em Guarabira-PB (1986).
Fonte: Arquivo pessoal de Luzia Ferreira.

Maria da Penha, junto com outras mulheres paraibanas que faziam parte do MMB e MMT-PB, deu continuidade à luta sindical que iniciou com Margarida Alves mesmo sabendo do perigo que sua militância acarretava visto que sua companheira de luta, como tantos outros paraibanos, teve sua vida encerrada por se posicionar contra o regime que oprimia e negava os direitos dos trabalhadores rurais.

Penha, como já foi citado, foi uma das fundadoras do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e também participava da Comissão de Mulheres da CUT-PB. Ela também escreveu alguns textos sobre “as ações de resistência ao latifúndio, em especial após a morte de Margarida. Lançou dois livros: ‘Violência Rural e Reforma Agrária’, e ‘Porque Trabalhar com Mulheres’, em parceria com outros autores e entidades” (FERREIRA, 2006 apud DUARTE, 2014, p. 74). A historiadora Ana Paula Ferreira (2006 apud DUARTE, 2014) deixa evidente que:

Registros escritos, também, se estendia. À construção de acervos e bibliotecas nos sindicatos. Da sua atuação militante estava convencida de que a prática da luta cotidiana era a melhor arma, quando costumava falar: “Só quem luta é que sabe a dor que a gente sente”. Em sua frase está contida uma reflexão, a do aprendizado com a essência de experiência

entrelaçada ao sentimento de quem conhece que primeiro vem à luta como anunciante e, portanto, a formadora de classe (FERREIRA, 2006 apud DUARTE, 2014, p. 74).

O que foi exposto demonstra que Maria da Penha, mesmo diante das dificuldades, não desistia de reivindicar os direitos que cabiam às mulheres paraibanas. “Em sua participação no 3º Congresso Nacional dos/as Trabalhadores/as Rurais (CNTR), garantiu definitivamente a participação das mulheres trabalhadoras rurais no cenário político e sindicais” (DUARTE, 2014, p. 74). Neste congresso, segundo Ferreira (2006 apud DUARTE, 2014), foram abordados como principais reivindicações dos trabalhadores do campo:

A luta por um salário mínimo melhor que garantisse uma vida digna para o/a trabalhador/a e sua família, por um salário igual para trabalho de igual valor e pelo reconhecimento dos trabalhadores em sítios e chácaras como da categoria trabalhadora rural e não trabalhadores domésticos (...). As proposições aprovadas em plenário defendiam alteração na legislação então em vigor, a fim de que fosse concedida, aos trabalhadores rurais, aposentadoria por velhice, aos 55 anos, quando homens, e aos 50 anos, quando mulher. E mais: que a aposentadoria por invalidez, o auxílio-funeral e a pensão por morte fossem concedidas à mulher ou companheira do trabalhador rural. Inicia-se a luta em defesa do salário maternidade para as mulheres trabalhadoras camponesas. Essas proposições aparecem entre as reivindicações de auxílio-doença, salário-família, auxílio-reclusão. Aparece também a reivindicação de amparo à esposa ou companheira do trabalhador rural e seus filhos menores, desde que trabalhem em regime de economia familiar ou sob forma assalariada (FERREIRA, 2006 apud DUARTE, 2014, p. 74).

Maria da Penha tornou-se umas das principais representantes dos trabalhadores rurais na luta por melhorias trabalhistas entre quais foram citadas. A luta de Penha não esteve centrada apenas nas melhorias trabalhistas, mas também na emancipação das mulheres, pois um dos motivos de criar o MMB foi bem descrito pela repentinista Maria de Soledade: “a gente viu a opressão que existia contra a mulher, a mulher era aquela escravizada, mulher que só fazia o que o marido queria, vivia debaixo do jugo tanto do marido, dos filhos, como dos patrões” (LEITE, 2014) (Informação verbal). Foi neste contexto que Penha reivindicava a participação das mulheres tanto nas questões políticas como também no direito de participação nos sindicatos não como coadjuvantes de seus maridos, mas como representantes com real poder de decisão.

As mulheres ao longo da história têm sido rotuladas como inferiores aos homens, frágeis, que precisam do homem inteligente e forte para protegê-las. Nesta perspectiva de inferiorização da mulher, a historiadora Alômia Silva revela que tal

discurso é fundamentado em “uma sentença biológica, naturalizada, de inferioridade para as mulheres e de anormalidade quando apresentavam características ou potencialidades vistas como próprias do masculino, como no caso de possuir uma forte inteligência” (SILVA, 2008, p. 78).

É contra esse discurso dado por verdade que mulheres como Maria da Penha e muitas outras lutaram (e têm lutado) em uma sociedade ainda patriarcal e autoritária, mostrando que elas, assim como os homens, também fazem parte da história. Conforme nos lembra Michele Perrot:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006 apud ROVAI, 2013, p. 15).

É preciso buscar cada vez mais nas narrativas historiográficas novas histórias voltadas para a representação das mulheres nas muitas lutas de resistências. Todavia, devido à escassez de documentos que retratem essa participação, principalmente quando se trata do estado da Paraíba, recorreremos à história oral. Segundo Rovai (2013), “a história oral tem contribuído, neste sentido, para dar a conhecer grupos excluídos de registros escritos e inscrever no relato historiográfico vozes múltiplas e silenciadas” (ROVAI, 2013, p. 03).

A história oral tem possibilitado ao historiador o contato com memórias de mulheres que também são sujeitos da história. Silvia Salvatici (2005 apud ROVAI, 2013) ressaltou que:

As pesquisas realizadas a partir da perspectiva de gênero ressaltaram a necessidade de um discurso público capaz de admitir e acolher as narrativas de diferentes sujeitos sociais, a necessidade de um arcabouço público no qual as memórias de todos possam ser reconhecidas e, ao mesmo tempo, elas próprias possam se reconhecer. A História oral de mulheres tem destacado a urgência do “processo de democratização da memória”, que é a condição básica para as democracias contemporâneas (SALVATICI, 2005 apud ROVAI, 2013, p. 30).

Nesta perspectiva, sobre a memória, muito se tem a falar sobre a participação das mulheres, não só nas lutas de resistência, como também sobre seus protagonismos ao longo da história. A luta de Penha e suas companheiras de

militância, das quais posso citar Maria de Soledade, Luzia Ferreira¹⁰, entre outras, era desconstruir todos os discursos que inferiorizavam as mulheres. É admirável a coragem dessas mulheres, que não se deixaram intimidar pelas dificuldades, mas antes se empenhavam em mostrar para as demais que as mulheres também são indivíduos de direito.

Vale ressaltar que os encontros do MMB e MMT foram de grande ajuda para aquelas que não conheciam seus direitos. Como enfatizou Maria Aparecida (apud SILVA et al, 1990):

Nesse primeiro encontro que participei, em 1982, sobre o direito das mulheres, eu comecei a amar minha vida. Este foi um primeiro passo. Depois comecei a dar importância a mim mesma, a me valorizar, me sentir gente. E daí eu comecei a perder o medo de enfrentar os problemas, porque, antes eu não tinha coragem de falar o que sentia. Então a gente a se começou a reunir, lá nos sítios mesmo, visitando outros sítios vizinhos e começava a colocar os problemas de nós, mulheres (APARECIDA, 1990 apud SILVA et al, 1990, p. 07).

Como bem foi descrito por Maria Aparecida Silva, o movimento de mulheres ajudou não só no reconhecimento de direitos, mas também na luta por eles. Como podemos ver no documento abaixo, as mulheres saíam em passeata com faixas e cartazes, mostrando para a sociedade suas reivindicações, entre elas o direito a creche para seus filhos, igualdade, fim da violência contra mulher, educação, igualdade salarial, entre outros fatores que faziam parte do seu cotidiano. Na foto, as mulheres saíram às ruas no 08 de março de 1986.

¹⁰ Luzia Ferreira esteve com Penha na luta pelos direitos da mulher e atualmente é presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande-PB.



Imagem 02: Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras (1986).
 Fonte: Arquivo pessoal de Luzia Ferreira.

Não resta dúvida que o movimento de mulheres causou uma mudança no modo de ser das mulheres paraibanas, pois mulheres como Penha e tantas outras não só na Paraíba, mas também em todo nosso país, se “preocupavam com a realidade social e política em que vivemos, deparamo-nos com a mulher que somos e com as mulheres que estão ao nosso lado” (SILVA et al, 1990, p. 17). É neste contexto que percebemos como era preciso pôr fim aos discursos que aprisionavam as mulheres a ponto de não terem vida própria e viver sempre em favor de outrem.

A dominação e a discriminação, lamentavelmente, ainda estão presentes no cotidiano da prática política. Somos discriminadas pelo simples fato de que somos mulheres, porque temos um corpo diferente, porque parecemos pertencer a um mundo que não é “concreto”, como o masculino. As emoções, a sexualidade, a fantasia- aparentemente exclusivas do universo masculino- nos confinam a uma redoma de preconceitos difíceis de romper ou questionar. Não importa se somos negras ou brancas, pobres ou ricas, jovens ou idosas, nossa identidade parece estar sendo sempre definida por uma forma de ver o mundo que é essencialmente masculina (SILVA et al, 1990, p. 16).

A participação das mulheres na luta de resistência contra a sociedade patriarcal foi de grande importância para que hoje pudéssemos conquistar nosso espaço, todavia essa luta ainda não terminou, pois muitos, com seu conservadorismo, ainda acham que o lugar da mulher é cuidar do lar.

Destaco ainda que o movimento de mulheres não tinha o intuito de separar os homens das mulheres ou torná-las melhores, mas sim “que cada mulher seja

percebida como o elemento de mudança. O grande desafio é, portanto, integrar a perspectiva feminista nas análises e estratégias de classe” (SILVA et al, 1990, p. 75). Maria da Penha se empenhou enquanto esteve viva no cuidado em mostrar para as mulheres paraibanas que sua condição podia ser mudada; era preciso acreditar e lutar por esta mudança.

Maria da Penha intensificou no ano de 1990 seus trabalhos voltados para as questões dos direitos da mulher. Penha tinha participação nestes trabalhos de algumas professoras da UFPB. Lourdes Bandeira¹¹ foi uma delas, que em sua estadia na Paraíba participou de alguns trabalhos com Maria da Penha antes de acontecer o acidente que acarretou na morte de Penha e de Beth Lobo. Segundo Lourdes Bandeira (2004 apud GROSSI; TEIXEIRA, 2004), Penha se empenhava muito para que se estabelecesse a presença das mulheres no sindicato.

Foi desse desejo de mostrar a força da mulher paraibana que Penha insistiu para Lourdes e outros professores do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba escrevessem em livro a trajetória de vida de Elizabeth Teixeira, levando em consideração sua força ao dar continuidade à luta de seu marido, João Pedro Teixeira. Elizabeth Teixeira, mesmo convivendo com a dor de ter perdido seu marido de forma brutal pelos latifundiários, não se intimidou em continuar lutando. Para justificar sua decisão em dar continuidade à luta de seu marido, ressaltou em discurso ao assumir a presidência da Liga Camponesa do estado da Paraíba em 1962:

Luto pela libertação dos camponeses. Luto porque agora só quem pode viver é os latifundiários, e quero que também o camponês possa viver. Luto porque vejo meus filhos sem escola, e muitas vezes sem comida. Luto porque cansei de ver meninos nus a beira do rio, esperando que seque a única roupa que a mãe lavou (TEIXEIRA, 1962 apud SILVA et al, 1990, p. 16).

Elizabeth, ao se posicionar contra os abusos dos latifundiários, foi presa durante o regime militar, foi perseguida, tendo tido que se afastar de seus familiares e para não morrer se refugiou em outro estado por muitos anos. É importante frisar que a história de luta, resistência e morte de Pedro Teixeira foi bem descrita em um

¹¹ Lourdes Bandeira após perder o emprego que tinha no MEC devido à intervenção militar, veio para Paraíba e em 1977 começou a trabalhar no Departamento de Ciências Sociais da UFPB onde desenvolveu trabalhos voltados para participação política das mulheres na Paraíba, violência, entre outros. Foi nesse cenário que Lourdes conheceu a sindicalista Maria da Penha Nascimento.

documentário do cineasta Eduardo Coutinho, cujo título é *Cabra Marcado para Morrer*¹².

Penha tinha o desejo de escrever uma nova versão da história de luta, resistência e perseguição que vivenciou Elizabeth Teixeira. Com a ajuda de Lourdes e Elizabeth Lobo, começou a entrevistar Elizabeth e o nome do livro seria *Uma mulher marcada para viver*. Entretanto, o livro não foi publicado como planejado devido à morte de Penha e de Elizabeth Lobo, como já foi citado. Neste acidente também foram vítimas Lourdes Bandeira e Socorro Rangel, que felizmente sobreviveram.

Diante da fatalidade da morte de Penha houve uma mobilização social e política, pois o movimento já tinha perdido Margarida e agora, Penha. O movimento de mulheres ficou enfraquecido, como salientou Luzia Ferreira, a atual presidente do sindicato de Alagoa Grande-PB e companheira de militância de Penha: “depois da morte de Penha o movimento teve uma queda porque tínhamos nossa sede com tudo, tínhamos nosso trabalho, muito evento, muita coisa era muito bom, mas com o passar do tempo as coisa foi afracando” (FERREIRA, 2015) (Informação verbal). Entretanto, mesmo o movimento tendo esfriado com a morte de Penha e com a desistência de muitas representantes, a luta não acabou e militantes como Soledade e Luzia continuaram suas lutas em prol da conscientização das mulheres em torno dos seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho busquei problematizar a ausência nas narrativas da participação das mulheres paraibanas nos movimentos de resistência, visto que essa ausência ainda “é mais intensa quando falamos do Estado da Paraíba e, especial, o interior: a região do Agreste e do Brejo Paraibano” (ROSA, 2014, p. 317).

A luta de homens e mulheres do campo, tanto na Paraíba como em vários locais do Brasil, foram fundamentais para alcançar melhorias trabalhistas, todavia,

¹² Filme-documentário, *Cabra Marcado para Morrer* foi dirigido por Eduardo Coutinho inicialmente em fevereiro de 1964, tendo sido obrigado a interromper as filmagens devido ao golpe militar de 31 de março, quando as forças militares cercaram a locação no engenho da Galileia. Dezesete anos depois, em 1984, retomou o projeto e seu lançamento foi aconteceu no ano seguinte, em 1985. Foi por meio desse documentário que Elizabeth pôde voltar para a Paraíba para junto dos seus filhos e familiares. Cf.: <<https://www.youtube.com/watch?v=VJ0rKjLIR0c>>.

mesmo tendo conseguido melhorias na atualidade, ainda faltam políticas públicas que assegurem todos os direitos e respeito que os(as) trabalhadores(as) merecem.

Tendo em vista que essa luta não foi apenas masculina, a participação das mulheres foi essencial para amenizar os abusos dos latifundiários. Sendo assim, as mesmas merecem serem inseridas nas narrativas não só como coadjuvantes, mas como protagonistas. Mulheres como Margarida Alves, Elizabeth Teixeira, Maria da Soledade, Luzia Ferreira e, em especial, Maria da Penha Nascimento Silva, entre outras que não se deixaram abater com os discursos patriarcais de sua época e, pelo contrário, se posicionaram na luta sindical e lutaram pelos direitos das outras.

As mulheres ampliaram seus objetivos ao criarem encontros no seio da resistência em prol de melhorias trabalhistas e que possibilitaram de certa forma a emancipação de algumas mulheres paraibanas, sendo notórias suas conquistas, a partir das quais muitas “mulheres passaram a perceber-se como portadoras de uma identidade própria e representantes de uma nova força social. Esta consciência estimularam as mulheres a uma maior participação social” (SILVA et al, 1990, p. 75).

Realço também que mesmo não sendo uma luta fácil, elas não desistiram de sonhar com uma sociedade que possibilite o respeito aos seus direitos e que a cada dia seja repensando e desconstruindo a ideia que o lugar da mulher se resume apenas ao privado. Não tenho dúvida de que os movimentos de mulheres que foram citados neste trabalho (MMB, MMT-PB) possibilitaram uma nova postura no que se refere às questões políticas, sociais, provocando “rachaduras no bloco hegemônico da sociedade patriarcal” (SILVA et al, 1990, p. 65).

Assim, finalizo reafirmando a necessidade de mais narrativas historiográficas que tragam as memórias de luta destas mulheres, pois a sociedade precisa se conscientizar de que as mulheres também fazem histórias; é preciso eliminar os mais variados estereótipos: os que as inferiorizam, os que as restringem ao privado, e também o discurso machista que não aceita o envolvimento das mulheres em questões políticas.

As mulheres lutaram no passado e continuam lutando até hoje por autonomia, frisando que essa luta não se baseia na ideia de ser melhor ou superior ao masculino, e sim nos direitos da igualdade entre os gêneros. Como bem descreveu Margareth Rago (2012) sobre a coragem feminina, como não as admirar pela força proferindo discursos

Da verdade que lhes são próprios e que lhes custaram tão caro, não só correndo o risco da perda da própria vida, mas também as dos seus filhos? Como não perceber o cuidado que dispensaram a outras mulheres e também aos homens, cuidado que é ao mesmo tempo um cuidado de si e amor pelo mundo (RAGO, 2012, p. 538).

REFERÊNCIAS E FONTES

Referências

DUARTE, Emmy Lyra. Mobilização política e relação de gênero no estado da Paraíba. Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 17, João Pessoa, 2012. **Anais...** Disponível em: <www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/.../93>. Acesso em: 23 dez. 2014.

DUARTE, Emmy Lyra. Movimento de mulheres trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero. **Okara**, João Pessoa: v. 08, n. 02, 2014.

DUARTE, Emmy Lyra. Questão agrária e movimento sindical: as mulheres trabalhadoras rurais do município de Alagoa Grande-PB. 2009. **Monografia** (Curso de Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO Roseli. **Depoimentos:** trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IHU ON-LINE. **Ditadura e as mulheres:** de mãe e santa à bruxa e prostituta – entrevista especial com Susel Oliveira. 2009. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/26762-ditadura-e-as-mulheres-de-mae-e-santa-a-bruxa-e-prostituta-entrevista-especial-com-susel-oliveira>> Acesso em: 26 dez. 2014.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. Memorial das Ligas Camponesas: Um resgate histórico na luta pela reforma agrária e pelos direitos humanos. Encontro Nacional da ANDHEP, 7, Curitiba, 2012. **Anais...** Disponível em: <<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt11-03.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAGO, Luzia Margareth. A coragem feminina da verdade: mulheres na ditadura militar no Brasil. In: ASSY, Bethania [et al] (Orgs.). **Direitos humanos, justiça, verdade e memória.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

RAGO, Luzia Margareth. Desejo de memória. **Labrys**, Brasília/Montreal/Paris, n. 15, 2009.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**, Araraquara-SP, v. 20, n. 39, 2015.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-1984). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 05, n. 10, 2013. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108/2867>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

SALVATICI, Silvia. Memória e gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. **Revista de História Oral**, [s/l], v. 08, n. 01, 2005.

SILVA, Alômia Abrantes da. Paraíba Mulher–Macho: Tessituras de gênero, (desa)fiões da história. 2008. **Tese** (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Maria da Penha Nascimento. **Porque trabalhar com mulheres**. Recife: [s/e], 1990.

SUGIMOTO, Luiz. Feminismo, ditaduras, mulheres na política de direitos. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, n. 592, 2014. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/592/mulheres-na-linha-de-frente>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

SWAIN, Tania Navarro. **Tecnologia sociais e a construção da diferença sexual**. [s/d]. Disponível em: <<http://www.tanianavarrowswain.com.br/brasil/argentinamf.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Ruris**, Campinas, v. 05, n. 01, 2011. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/962/697>>. Acesso em: 09 set. 2014.

Fontes

FERREIRA, Luzia. **Entrevista 1** [13 jan. 2015]. Entrevistadora: Janaína Vicente da Silva. Alagoa Grande, 2015. 1 arquivo. mp3 (25 min.).

LEITE, Maria da Soledade. **Entrevista 1** [29 jun. 2014]. Entrevistadora: Susel Oliveira da Rosa. João Pessoa, 2014. 1 arquivo. mp3 (50 min.).

LEITE, Maria da Soledade; FERREIRA, Minervina. A mulher consciente não aceita os domínios machistas de ninguém. In: **Vozes que se misturam**: cantoria de viola. v. 02. São Paulo: Pindorama Records, [s/d]. 1 CD. Faixa 10.

MMT/CUT. **Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras**. Guarabira: SEDUP, 1986.

RECORTE DE JORNAL, 07 nov. 1985.

Instituições de Pesquisa

Arquivo do SEDUP – Serviço de Educação Popular
Arquivo pessoal de Luzia Ferreira